

Meta: Aumentar em 10% o valor acumulado de Investimento Estrangeiro Direto em relação aos últimos quatro anos

Notas técnicas: O Investimento Estrangeiro Direto (IED) é um investimento realizado por uma empresa ou indivíduo com interesse em negócios em outro país – tanto para estabelecer uma nova operação de negócio ou adquirir participação em algum negócio. O IED Greenfield e de Expansão (mensurados pelo fDi Markets) mensura especificamente investimentos feitos por investidores que detenham mais de 50% de participação da empresa e que sejam realizados em projetos que criem ou aumentem a operação – gerando assim mais capacidade operacional e mais empregos. Neste tipo de IED não entram investimentos de Fusões & Aquisições e de Joint Ventures que não expandam a operação.

Descrição do Indicador: Indicador é a soma do Investimento Estrangeiro Direto Greenfield e de Expansão do período entre 2017 e 2020 realizados na Cidade de São Paulo.

Unidade de medida: US\$ bilhões

Fonte: Plataforma fDi Markets de fDi Intelligence (The Financial Times)

Frequência: Semestral

Fórmula de cálculo: Soma de Investimento Estrangeiro Direto Greenfield e de Expansão na cidade de São Paulo entre os anos de 2017 a 2020

Valor base: US\$ 11,67 bilhões

Ano Base: 2013-2016

ODS: 8 e 17

Programa de Governo: Sim

Meta: Reduzir em 20% o tempo médio de atendimento dos cinco principais serviços solicitados às Prefeituras Regionais, em relação aos últimos quatro anos

Notas técnicas: Cinco principais serviços que são de responsabilidade das Prefeituras Regionais: zeladoria (tapa buraco, avaliação e serviços em árvores em vias públicas, remoção de grandes objetos em via pública, remoção de veículos abandonados em via pública, remoção de entulho em via pública)

Descrição do Indicador: Porcentagem de redução da média do tempo médio de atendimento dos cinco serviços mais solicitados às prefeituras regionais.

Unidade de medida: %

Fonte: Cubo SAC/SIGRC (Sistema Integrado de Gestão do Relacionamento com o Cidadão)

Frequência: Semestral

Fórmula de cálculo: Média do tempo médio de atendimento (TMA) dos cinco serviços mais solicitados.

Valor base: Tempo médio dos cinco principais serviços entre 2013-2016 é 77.86 dias

•Tapa buraco (48,28);

•Avaliação e serviços em árvores em vias públicas (70,20);

•Remoção de grandes objetos em via pública (44,25);

•Remoção de veículos abandonados em via pública (176,57);

•Remoção de entulho em via pública (53,03)

Ano Base: 2013-2016

ODS: 9

Programa de Governo: Sim

Meta: Garantir ações concentradas de zeladoria urbana em 200 eixos e marcos estratégicos da cidade de São Paulo

Notas técnicas: Serão consideradas as seguintes ações de zeladoria urbana: (a) manutenção de logradouros; (b) conservação de galerias e pavimentos; (c) retirada de faixas e cartazes; (d) limpeza de monumentos; (e) recuperação de praças e canteiros; (f) poda de árvore; (g) manutenção de iluminação pública; (h) reparo de sinalização de trânsito; (i) limpeza de pichações; (j) troca de lixeiras e (k) reparos de calçadas.

Descrição do Indicador: Quantidade de ações concentradas de zeladoria urbana realizadas em um determinado ponto/eixo/localização da cidade.

Unidade de medida: Eixos/Marcos

Fonte: Secretaria Municipal de Prefeituras Regionais (SMPR)

Frequência: Semanal

Fórmula de cálculo: Soma do número de ações concentradas de zeladoria realizadas no período.

Valor base: N/A

Ano Base: N/A

ODS: 9

Programa de Governo: Sim

Meta: Duplicar as visualizações do portal da Prefeitura e o número de seguidores nas mídias sociais institucionais

Notas técnicas: Mídias sociais institucionais: facebook da Prefeitura de São Paulo

Descrição do Indicador: Número de seguidores nas mídias sociais da Prefeitura + Número de visualizações no portal da prefeitura

Unidade de medida: Unidade

Fonte: SECOM (Secretaria Especial de Comunicação Social)

Frequência: Semestral

Fórmula de cálculo: Relatórios de monitoramento das redes e do site da Prefeitura e seguidores nos perfis de Redes Sociais

Valor base: 34.490.988 visualizações e 300.000 seguidores Facebook

Ano Base: 2016

ODS: Não

Programa de Governo: Sim

Meta: Mobilizar 5.000 voluntários nas ações da Prefeitura de São Paulo

Notas técnicas: Voluntários apenas em ações e projetos da Prefeitura de São Paulo

Descrição do Indicador: Número de pessoas que assinaram o Termo de Voluntariado no período

Unidade de medida: Unidade

Fonte: Dados das secretarias

Frequência: Semestral

Fórmula de cálculo: Soma do número de termos de voluntariado recebidos no período de 2017 a 2020

Valor base: 400 (Voluntários em ações da Secretaria Municipal de Saúde)

Ano Base: 2016

ODS: Não

Programa de Governo: Sim

Ficha de Projetos Estratégicos

Projeto: São Paulo Aberta

Secretaria (s): Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Secretaria Municipal de Justiça

Meta (s) associada (s): Garantir que 100% dos dados publicados pela Prefeitura sejam disponibilizados em formato aberto, integrando ferramentas básicas de acessibilidade.

Valor de base da meta: 16,31%

Ano Base: 2016

Descrição do projeto

Situação atual encontrada:

A Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) é reconhecida por bons desempenhos na área de transparência governamental. Atualmente, pesquisando dados disponíveis no site da Prefeitura, tais como o Portal da Transparência e Portal de Dados Abertos, foi encontrado um volume muito baixo de dados publicados em formato aberto. O Catálogo Municipal de Base de Dados (CMBD) está desatualizado e não representa todas as bases de dados produzidas pela PMSP e reúne um total de 555 bases de dados. Dessas, 515 foram analisadas, pois as demais bases estavam inacessíveis e sem indicação sobre a extensão do arquivo. Deste número, 84 (16,31%) estão em formato aberto atualmente.

Além disso, a Prefeitura de São Paulo homologou em dezembro de 2016 os compromissos internacionais no âmbito da OGP (Open Government Partnership) e agora deve colocar os compromissos em ação.

Linhas de ação:

Governo Aberto

* Realizar reuniões abertas semestrais intersecretoriais nas 32 Prefeituras Regionais visando acolher as propostas e demandas dos municípios

* Publicar relatórios semestrais sobre ações e obras das Prefeituras Regionais por meio eletrônico, a fim de garantir acompanhamento, fiscalização e avaliação

* Lançar edital do Programa Agentes de Governo Aberto

* Realizar oficinas do Programa Agentes de Governo Aberto nas áreas das 32 prefeituras regionais

* Implementar um plano de comunicação para ampliar e diversificar a divulgação das iniciativas de governo aberto

* Desenvolver uma rede de Governo Aberto com servidores para fomentar iniciativas transversais de governo aberto, com ao menos dois servidores por secretaria

* Criar espaço para coworking, onde jovens, startups e coletivos selecionados possam desenvolver projetos de formato colaborativo, tendo como referência o Laboratório de Mobilidade Urbana de São Paulo (MobiLab)

Dados Abertos

* Realizar 24 diagnósticos setorializados para mapeamento das bases de dados produzidas por cada órgão da Administração Direta e Indireta.

* Realizar 4 ciclos do programa de transformação de demandas sociais em dados abertos, composto por três ações encadeadas: a) analisar qualitativamente os pedidos de acesso à informação; b) Realizar 06 eventos 'Lei de Acesso a Informação (LAI) com Direitos Humanos e Políticas Públicas Setoriais', capacitando sociedade civil para a realização de pedidos de acesso à informação; c) Realizar 06 eventos 'Café Hacker' para que sociedade civil e empresas interessadas desenvolvam bases de dados abertas

* Institucionalizar Política Municipal de Transparência e Dados Abertos

* Oferecer 01 curso por trimestre de Gestão da Informação e Abertura de Dados Públicos junto à Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo (EMASP), capacitando 120 gestores e servidores por ano e 01 curso para formar agentes da sociedade civil capazes de acompanhar implementação da política de transparência e dados abertos, capacitando 120 cidadãos por ano

* Implementar a atualização automatizada dos dados gerados pelos diferentes sistemas da Prefeitura

Resultados esperados:

Elevar a disponibilidade de dados abertos no município e incentivar o desenvolvimento de aplicações baseadas em dados públicos. E ainda fomentar, articular e integrar os eixos de Governo Aberto (Participação, Transparência, Inovação Tecnológica e Integridade) nas políticas públicas municipais.

Projeto: Acessibilidade Digital

Esse projeto possui o(s) selo(s): Acessibilidade e Direitos Humanos
Secretaria (s): Secretaria (s): Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência

Meta (s) associada (s): Garantir que 100% dos dados publicados pela Prefeitura estejam disponíveis em formato aberto, integrando ferramentas básicas de acessibilidade.

Valor de base da meta: 16,31%

Ano Base: 2016

Descrição do projeto

Situação atual encontrada: O consórcio internacional W3C define as diretrizes internacionalmente reconhecidas para acessibilidade na internet, a fim de que o conteúdo dos sites possa ser acessado por pessoas com deficiência (especialmente as cegas ou com baixa visão). Utilizando esses critérios e o software Access Monitor (desenvolvido pela Comunidade Europeia), uma avaliação geral dos sites da Prefeitura de São Paulo e da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED) realizada em janeiro de 2017 mostrou que eles obtiveram, respectivamente, notas 4.6 e 4.5 (em uma escala de 0 a 10, sendo considerados de "acessibilidade regular"). Mas ainda há diversos canais digitais de informação da Prefeitura – como o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (E-sic) e o Guia 156 digital – que não são acessíveis. É preciso avançar na acessibilidade de todos os canais virtuais de informação e atendimento da Administração Municipal, a fim de que os municípios com deficiência tenham seu acesso à comunicação garantido, conforme preconizam tanto a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) quanto a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015).

Linhas de ação:

* Definir e publicar os critérios de acessibilidade digital da Prefeitura de São Paulo (PMSP) e respectivos instrumentos e processos de avaliação

* Realizar dois eventos com programadores e especialistas em acessibilidade digital

* Construir canal virtual interativo aberto à população

* Produzir e divulgar uma cartilha (impresa e virtual) difundindo os critérios de acessibilidade digital e as orientações de como atingi-los

* Realizar um piloto de revisão e reestruturação de um site municipal, a fim de que ele sirva como exemplo de boas práticas em acessibilidade digital

* Avaliar a acessibilidade digital dos sites de todas as secretarias municipais e compartilhar com elas o diagnóstico obtido e as orientações de melhoria resultantes

* Firmar parceria com pelo menos 50% das secretarias na construção e/ou revisão de sites, no que se refere às diretrizes e ferramentas de acessibilidade digital

* Ofertar a qualquer interessado o serviço de certificação e concessão de Selo Acessibilidade Digital

Resultados esperados:

A criação de critérios e instrumentos de certificação e orientação, a fim de contribuir para que todos os canais virtuais de informação e atendimento dos serviços públicos municipais (sites e páginas da internet) tenham acessibilidade digital, incentivando boas práticas de acessibilidade digital também no setor privado

Projeto: São Paulo Íntegra e Transparente

Secretaria (s): Controladoria Geral do Município - Secretaria Municipal de Justiça

Meta (s) associada (s): Aumentar em 50% o Índice de Integridade da Prefeitura de São Paulo

Valor de base da meta: 5,29

Ano Base: 2016

Descrição do projeto

Situação atual encontrada: A Controladoria Geral do Município (CGM-SP), desempenhando a função de controle interno da gestão pública municipal, identificou diversas práticas que levam a maior ou menor vulnerabilidade institucional. A partir dessas práticas foi elaborado um índice capaz de medir a integridade dos órgãos da Administração Pública Direta e das pessoas jurídicas de direito público do Município de São Paulo. O Índice de Integridade da Prefeitura, em janeiro de 2017, foi 5,29, numa escala de 0 a 10, constituído por nove indicadores: presença de programa de integridade; nível de transparência passiva e ativa; tempo de demora no atendimento às reclamações; atendimento das recomendações de auditorias; existência de unidade de controle interno; proporção de contratos emergenciais por contratos totais; proporção de cargos comissionados puros por cargos totais; e proporção de pregões eletrônicos por pregões totais.

Linhas de ação:

* Desenvolver 12 Programas de Integridade.

* Formar no mínimo 300 servidores que operam o sistema de transparência passiva (SIC).

* Implementar sistema de monitoramento de obras (públicas e privadas) na cidade que permita o acompanhamento e interação dos cidadãos no exercício do controle social, por meio de um sistema de reconhecimento de dados e informações.

* Formar 183 servidores e funcionários de cada órgão da Prefeitura para desenvolver o controle interno com comunicação permanente com a CGM.

* Regularizar as Unidades de Controle Interno

* Desenvolver Ouvidorias Setoriais integrada a Ouvidoria Geral em todos os órgãos da Administração por meio da formação de 183 servidores que atuam como Pontos focais das demandas de ouvidoria.

* Regularizar Ouvidorias Setoriais

Resultados esperados:

Aumentar em 50% o índice de integridade da PMSP, a resultar na redução de vulnerabilidades institucionais que podem levar a prejuízos na prestação do serviços públicos, improbidades administrativas, conflitos de interesse e estimular a inovação nos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do município de São Paulo para o aumento da integridade pública.

Projeto: São Paulo Sem Dívida Ativa

Secretaria (s): Procuradoria Geral do Município - Secretaria Municipal de Justiça

Meta (s) associada (s): Ampliar em 10% a arrecadação da dívida ativa do município, em relação aos últimos quatro anos

Valor de base da meta: R\$ 5,270,000,000.00

Ano Base: 2013-2016

Descrição do projeto

Situação atual encontrada: Infraestrutura e tecnologia da informação que, embora funcionais, demandam forte modernização. O Sistema da Dívida Ativa (SDA) está totalmente desenvolvido em alta plataforma, utilizando o mainframe, arquitetura que precisa ser alterada para melhor desempenho e para acompanhar o movimento dos demais sistemas municipais, em especial os da Secretaria Municipal da Fazenda, que são desenvolvidos em baixa plataforma. O combate à sonegação fiscal e a redução da inadimplência exigem a atuação integrada da Fiscalização Tributária (SF/SUREM) e do Departamento de Cobrança da Dívida Ativa (PGM/FISC), em especial com o desenvolvimento de ferramentas de inteligência fiscal. O Sistema de Execuções Fiscais Digitais (SEF-D), já implantado e que integra as execuções fiscais digitais ao Sistema de Ações Judiciais (eSAJ) do Tribunal de Justiça de São Paulo, demanda constantes aperfeiçoamentos, com criação de novas funcionalidades e instrumentos gerenciais para controle de produtividade dos procuradores. O Sistema de Acompanhamento de Ações Judiciais (SIAJ), atual sistema de acompanhamento de ações judiciais, não é integrado ao eSAJ, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Linhas de ação:

* Adequar o Sistema da Dívida Ativa (DAS) para integração à demais plataformas

* Implementar o Núcleo de Atuação Integrada para o combate à sonegação fiscal e à inadimplência, por meio do desenvolvimento de inteligência fiscal.

* Integrar o Sistema de Ações Judiciais ao sistema do Tribunal de Justiça de São Paulo

* Implantar instrumentos gerenciais no Sistema de Execuções Fiscais Digitais

* Ampliar em 50% o número de Certidões de Dívida Ativa protestadas

Resultados esperados:

Promover o desenvolvimento de infraestrutura e de tecnologia de informação do Departamento Fiscal: atualmente o Departamento Fiscal protesta 60.000 Certidões de Dívida Ativa (CDA) por mês. Esse é o limite